

Data-Base para os profissionais da Educação: um direito fundamental

A correção anual dos salários dos profissionais da educação (data-base) é uma necessidade premente devido ao processo inflacionário. Nesse sentido, a data-base é fundamental para garantir a valorização e a justiça salarial dos servidores públicos da educação, incluindo tanto os professores quanto os técnicos administrativos em educação (TAEs). Esses profissionais desempenham um papel crucial no desenvolvimento educacional e, por consequência, no progresso da sociedade como um todo.

Conforme destacado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a proteção dos salários dos trabalhadores contra a perda de poder aquisitivo, decorrente da inflação, é um princípio essencial para assegurar condições de trabalho dignas e justas. A OIT, em diversas convenções e recomendações, sublinha a importância de ajustar os salários periodicamente para refletir o aumento do custo de vida, garantindo que os trabalhadores possam manter um padrão de vida adequado.

A correção salarial, alinhada com os índices de inflação, é, portanto, um direito essencial que assegura o poder de compra dos servidores, protegendo-os dos efeitos erosivos da inflação sobre seus rendimentos. Sem essa atualização periódica, os salários desses profissionais podem se desvalorizar ao longo do tempo, comprometendo sua qualidade de vida e, potencialmente, afetando a qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar.

A supressão da data-base dos servidores públicos, ocorrida ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, representou um retrocesso significativo nos direitos desses servidores. Essa medida precarizou os salários e tornou as carreiras públicas menos atraentes, indo na contramão das políticas que asseguram a equidade e a valorização dos profissionais da educação, em detrimento dos princípios estabelecidos pela OIT.

Portanto, ao implementar uma data-base e reajustar os salários dos profissionais da educação de acordo com a inflação, o governo não apenas cumpre suas obrigações legais e morais, mas também fortalece a educação pública. Isso garante que professores e TAEs sejam devidamente reconhecidos e motivados a continuar contribuindo com seu trabalho essencial. A observância das diretrizes da OIT nesse contexto reforça o compromisso com os direitos dos trabalhadores e com o desenvolvimento social sustentável, essencial para o progresso da sociedade como um todo.

Proponente: Diógenes Mendes Araújo MLC/Natal/IFRN

Assinam esta tese:

Diógenes Mendes Araújo

Francisco de Assis da Costa Dias

José Diego Cirne Santos

IFRN/Natal/Movimento Luta de Classes

IFRN/Natal/Movimento Luta de Classes

IFRN/Natal